

DANIEL SILVEIRA

Centrão articula uma punição mais branda

Grupos ligados a Lira e Bolsonaro querem esfriar caso antes do julgamento

Apesar da votação expressiva para manter a prisão de Daniel Silveira (PSL-RJ), deputados ligados ao Centrão e aliados do presidente Jair Bolsonaro apostam e articulam uma punição mais branda no Conselho de Ética da Câmara.

Em reservado, congressistas próximos ao presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), trabalham para que o conselho decida pela suspensão em vez de cassar o colega bolsonarista.

A estratégia pró-Silveira dependeria, argumentam, de um processo longo no colegiado. Isso contribuiria para diminuir a pressão da sociedade, mas exigiria comportamento mais reservado do próprio deputado.

Silveira está preso desde terça-feira (16) por publicar vídeo com ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF) e apologia da ditadura militar. A prisão em flagrante foi ordenada por Alexandre de Moraes.

O foco maior dos ataques de Silveira foi Edson Fachin. Ele também usou palavras de baixo calão contra ministros e os acusou de vender sentenças.

A prisão foi confirmada por unanimidade no plenário da Corte na quarta-feira (17). Na sexta-feira (19), o plenário da Câmara a manteve por 364 votos contra 130.

Conselho de Ética

A Mesa Diretora da Casa já determinou a reativação do Conselho de Ética - que se encontrava parado em razão da pandemia. Foi apresentada representação por quebra de decoro contra Silveira. O colegiado se reúne hoje para instaurar o processo.

Uma radiografia momentânea



Apesar da votação expressiva que o manteve na prisão, Silveira pode acabar não sendo cassado

do conselho poderia sugerir uma situação adversa a Silveira, principalmente inflada pela decisão de sexta.

Dos 19 deputados que o compõem - seriam 21, mas o órgão está incompleto -, 12 votaram pela manutenção da prisão no plenário, 4 foram contrários e 3 não votaram.

A votação no plenário, no entanto, não é uma garantia de repetição da posição no conselho, para um lado ou para outro.

O deputado Tiago Mitraud (Novo-MG) votou contra a manutenção da prisão, mas afirma que sua posição se deu após uma análise técnica do ato do Supremo e não do caso específico do bolsonarista. "O guardião da Constituição agiu contra o texto que ele deveria proteger", afirmou.

SAIBAMAI

- » Daniel Silveira foi abandonado pelo Palácio do Planalto antes da votação de sexta (19) na Câmara.
- » Aconselhado por assessores a não se envolver no caso, Bolsonaro se calou e não manifestou apoio ao aliado publicamente, mas foi cobrado por grupos bolsonaristas.
- » Um congressista próximo ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que votou pela manutenção da prisão de Silveira disse que já há acordo entre partidos do bloco de sustentação do governo para que o caso resulte apenas na suspensão do deputado.

Possível racha na base

"Não foi uma análise sobre o Daniel. Foi uma análise sobre a decisão do STF o meu voto", afirmou Tiago Mitraud.

"Eu vou ter de julgar o caso. Não quero me colocar aqui numa posição de antecipar o julgamento, sem ter acesso a todo o devido processo. Na votação, a minha visão foi técnica do contexto da prisão. Mas as atitudes do Daniel são graves a ponto de acharmos que ele tem de ser, sim, julgado no conselho", disse.

Situação difícil

Outros integrantes do conselho também apontam uma situação difícil para Silveira, mesmo com o pedido de desculpas feito no dia da votação no plenário.

"O pedido de desculpas dele é indiferente. O que o Conselho de Ética vai analisar é a conduta prática

da por ele. Pedir desculpas não reflete na dosimetria da pena, porque existem vários fatos praticados, já existem outros processos contra ele no conselho, então o que vai ser analisada é a conduta", afirma o deputado Delegado Waldir (PSL-GO).

Em reservado, porém, deputados apontam uma forte articulação para que o colega não perca o mandato.

Eles apontam também que a resposta para a sociedade já foi dada com a decisão plenária - por ampla margem de votos - de manter a prisão.

Para congressistas, a cassação é tida como pena excessiva e que poderia provocar um racha na própria base de apoio do presidente.

Hoje esse grupo é formado pela ala ideológica e também pelos deputados do centrão.

FAKE NEWS

Com dinheiro internacional

Por meio da quebra de sigilos bancários, os inquéritos que apuram atos antidemocráticos e fake news no país identificaram financiamento internacional a pessoas que usam as redes sociais para atacar instituições brasileiras como o próprio Supremo Tribunal Federal (STF), responsável pelas investigações.

A informação foi antecipada pelo ministro Dias Toffoli em entrevista na noite de domingo (21) ao programa *Canal Livre*, da Band.

"Esse inquérito que combate as fake news e os atos antidemocráticos já identificou financiamento estrangeiro internacional a atores que usam as redes sociais para fazer campanhas contra as instituições, em especial o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional", disse.

Segundo ele, os inquéritos conduzidos pelo ministro Alexandre de Moraes aprofundam neste momento a investigação dessa informação, considerada por Toffoli "gravíssima".

Extrema direita

"A história do país mostrou ao que isso levou no passado. Financiamento a grupos radicais, seja de extrema direita, seja de extrema esquerda, para criar o caos e desestabilizar a democracia em nosso país", afirmou.

O inquérito sobre as fake news foi aberto em 2019 como uma resposta do Supremo às crescentes críticas e ataques sofridos nas redes sociais. Desde o início, porém, a apuração foi contestada por especialistas e políticos por ter sido instaurada de ofício por Toffoli, então presidente da Corte, sem provocação da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Somente em 2020, por 10 votos a 1, o STF decidiu pela legalidade do inquérito. São alvos da investigação deputados, empresários e blogueiros ligados ao presidente Jair Bolsonaro, que sofreram medidas de busca e apreensão e quebras de sigilo.

Já a investigação sobre manifestações antidemocráticas começou em 2020 após uma sequência de atos em Brasília prestigiados pelo presidente Jair Bolsonaro.

Para Toffoli, a informação sobre financiamento internacional mostra que os que atacam as instituições não são um "grupo de malucos".

"Há uma organização por trás disso, que ataca inclusive a imprensa tradicional e séria", destacou. "Temos que estar atentos, e o inquérito está em excelentes mãos."

SECRETARIA DE PESSOAL,
ENSINO, SAÚDE E DESPORTO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

MINISTÉRIO DA
DEFESA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2021-HFA

(Processo Administrativo nº 60550.030186/2019-45)
Aviso de Abertura de Licitação

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de material de consumo, destinado a atender às necessidades da Seção de Urologia e Divisão de Odontologia do Hospital das Forças Armadas - HFA, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Edital e seus anexos.

Cópia do Edital: Poderá ser adquirido no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

Abertura da Sessão Pública: 09 de março de 2021, às 09h.

Endereço: Sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

Brasília - DF, 22 de fevereiro de 2021
KLADSON TAUMATURGO FARIAS - Cel R/1
Ordenador de Despesas do HFA